



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Ofício nº 771/2024/SUPEL-CPLO

À EMPRESA

ASSUNTO: Resposta à Impugnação, referente ao PE nº 90124/2024/SUPEL/RO.

Com os cumprimentos, em resposta à Impugnação, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90124/2024/SUPEL/RO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0069.003528/2023-41/SEOSP/RO**, que tem como objeto o "Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, incluindo estudos, relatórios, memoriais descritivos e orçamentos, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário, para atender a Secretaria de Estado de Oras e Serviços Públicos - SEOSP.", encaminhado a esta Comissão de Contratação de Obras, a qual tramitou ao Corpo Técnico da SEOSP/RO, onde o mesmo procedeu com a análise e emissão de resposta através da **Informação nº 14/2024/SEOSP-ASCPO**, conforme segue:

DO QUESTIONAMENTO (SÍNTESE):

"Pois bem, a vedação da participação em licitações de empresas em consórcio deve ser justificada, sob pena de restrição à competitividade. A permissão ou proibição de participação de empresas em consórcio deverá ser sempre justificada pelo Poder Público, de modo a evitar restrição à competitividade do certame.

[...]

Logo, o consórcio passa a ser sempre permitido, a menos que haja uma justificativa explícita para essa proibição, o que não é o presente caso, posto que a justificativa se funda na inviabilidade técnica de parcelamento do objeto em itens, pois os itens de serviços, estes definidos por unidades de medidas, são dependentes uns dos outros e que se agrupam a formar um único projeto, apresentando ao final, um único memorial descritivo e orçamento planilhado e consolidado."

DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA:

A SEOSP/RO conforme Projeto Básico R03 apresentou a seguinte justificativa (item 4.4):

"DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, bem como o parcelamento em lotes, com as devidas justificativas e ainda o entendimento do **Acórdão TCU nº 1316/2010**, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, decidiu-se a **SEOSP/RO, que: "Fica proibida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, uma vez que, se torna impossível e inviável tecnicamente o parcelamento do objeto em itens, pois os itens de serviços, estes definidos por unidades de**

medidas, são dependentes uma das outras e que se agrupam a formar um único projeto, apresentando ao final, um único memorial descritivo e orçamento planilhado e consolidado". O objeto é constituído de serviços remunerados por "unidades de medidas", auferidas pela composição dos cálculos da Tabela de Encargos Sociais – SINAPI/CAIXA, concomitante com a aplicação da Lei nº 4.950-A/66 (Remuneração do Exercício Profissional/CONFEA-CREA-CAU etc...), cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado. A composição de custos de cada item de serviço/unidade de medida, foi auferida também, observados a tipologia de cada projeto, obtendo ao final o valor de mão de obra do profissional/hora, por unidade de medida/item, assim, comprovando-se a vantajosidade de sua utilização, qual sobrepõem larga vantagem econômica face aos preços alcançados no comércio local. Um dos problemas mais comuns nas diversas manifestações patológicas encontradas em obras, é a interferência entre os projetos. Esta interferência é proveniente de incompatibilidades dos projetos de uma construção, entre os diversos sistemas construtivos envolvidos, devido principalmente ao distanciamento e falta de comunicação entre os profissionais que desenvolvem cada peça técnica, em conformidade com sua especialidade. A compatibilização é competência tanto de Engenheiros quanto de Arquitetos. Muitas vezes, o proprietário contrata várias empresas diferentes para desenvolver os projetos de arquitetura e engenharia, ficando a mesma sem compatibilização. Assim, durante a execução, muitas dificuldades que podem interferir na eficiência da Obra, como configurações de desenho e arquivos sem padronização, metodologias diferentes aplicadas pelos diversos profissionais envolvidos, e outros itens que comprometem a unicidade do projeto. Outro agravante é que as peças técnicas, são dependentes uma das outras e que se agrupam a formar um único projeto, de forma intrinsecamente interligados, apresentando ao final, um único memorial descritivo e orçamento planilhado e consolidado, tornando impossível e inviável tecnicamente o parcelamento do objeto em itens e/ou lotes, pois os itens de serviços, foram definidos por unidades de medidas, nas menores frações equivalentes. Os comprometimentos vão desde a qualidade, incompatibilidade até os prazos distintos de elaboração que comprometem o desenvolvimento. A preferência por "empresas não consorciadas" de serviços se faz para que haja a garantia da uniformidade, padronização e da compatibilidade entre os itens de serviços (unidades de medidas) a serem registradas. Decidiu-se pelo não parcelamento, e exige-se dos proponentes interessados, que estejam aptos e estruturados a prestar os serviços da presente licitação de forma isolada."

Do ponto de vista técnico especialmente os motivos pelos quais a regra genérica foi afastada, situação que bem lembra aquelas que foram enfrentadas pelo Acórdão 1.946/2006-TCU-Plenário (Tribunal de Contas da União):

"6. Depreende-se do dispositivo legal que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. 7. Desta feita, é mister considerar dois os aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico. Sob o primeiro, o parcelamento dependerá da divisibilidade do objeto licitado. No que concerne ao segundo quesito, o fracionamento deve ser balizado pelas vantagens econômicas que proporciona à Administração Pública, com a redução de custos ou despesas, de modo a proporcionar a obtenção de uma contratação mais vantajosa para a Administração. E, além de tudo, é também a interpretação dada ao caso vertente segundo o olhar do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 1316/2010)."

A composição de custos de cada item de serviço/unidade de medida, no certame, foi auferida, observados a tipologia de cada projeto, de acordo com a complexidade e especialidade, obtendo ao final o valor de mão de obra do profissional/hora, por unidade de medida/item. Portanto, desde a composição dos custos, já se exige que os profissionais, detentores de atribuições e capacidades técnicas, sejam distintos, porém, exige-se que pertençam ao mesmo quadro técnico da empresa licitante, afim de evitar que se necessite fracionar os serviços à empresas distintas.

Desta forma, se torna não apenas impossível mas também inviável tecnicamente o parcelamento do objeto ou a participação em consórcio, de forma a permitir empresas distintas, pois os itens de serviços, estes definidos por unidades de medidas, são dependentes uma das outras e que se agrupam a formar um único projeto, de forma intrinsecamente interligados, apresentando ao final, um único memorial descritivo e orçamento planilhado e consolidado.

Quanto a participação de empresas reunidas em consórcio, o tema em questão, exige entendimento sobre os limites do poder discricionário do administrador Público, considerando o caso concreto de cada certame, e mais especificamente, a conveniência e oportunidade da adoção, ou não, do regime de consorciamento.

Com efeito, o próprio diploma normativo fixa a participação de empresas em consórcio nas licitações como uma faculdade do administrador público, a quem cabe, por expressa autorização legal, decidir acerca das melhores vias e condições para a realização do interesse público tutelado pela licitação e, por conseguinte, para melhor satisfação do interesse público.

Tal previsão legislativa está voltada para a satisfação do interesse público, posto que somente ao administrador, na condição de gestor direto de tal interesse, caberá ponderar, no caso concreto, se o objeto licitado se compatibiliza com a execução consorciada por diversas empresas.

Este é o entendimento consolidado que se observa no Tribunal de Contas da União, pelo teor do acórdão nº 2.831/2012 – Plenário:

"A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada, indicando ainda que "não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória." Ademais, nos termos do referido acórdão "Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indique, se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa."

Assim sendo, a não participação de empresas em regime de consórcio foi devidamente justificada em perfeito atendimento ao diploma legal, considerando não haver viabilidade técnica e econômica para tal permissão, trazendo risco à compatibilização das peças técnicas que compõem os projetos.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, esta Secretaria, consubstanciado pelos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, SMJ, INDEFERE o pedido de impugnação interposto pela [REDACTED].

Face ao exposto, salientamos que o Edital e seus anexos, bem como a data da sessão inaugural permanecem inalterados, mantendo a Abertura de Licitação para o dia **15 de maio de 2024, às 10h (horário oficial de Brasília)**, eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede da SUPEL, sito à Avenida Farquar, nº 2986, Palácio Rio Madeira - Bairro Pedrinhas - Tel.: (69) 3212-9243- Porto Velho - RO, no site www.rondonia.ro.gov.br/supel, bem como através do e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.

Porto Velho - RO, 02 de maio de 2024.

Atenciosamente,

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da CPLO/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 02/05/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0048310960** e o código CRC **AD4C4966**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0069.003528/2023-41

SEI nº 0048310960